

*Ata da 120ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 1º de dezembro de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado Reinaldo Braga, ad hoc. À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó (59). O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão e anunciou a convocação de uma Sessão Extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com base no inciso II, do art. 92 do Regimento Interno, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimentos de Urgência: nº 8.590/2015 para o Projeto de Lei nº 21.621/2015; nº 8.591/2015 para o Projeto de Lei nº 21.623/2015; nº 8.592/2015 para o Projeto de Lei nº 21.624/2015; nº 8.593/2015 para o Projeto de Lei nº 21.631/2015; nº 8.594/2015 para o Projeto de Lei nº 21.632/2015; nº 8.595/2015 para o Projeto de Lei nº 21.634/2015; nº 8.596/2015 para o Projeto de Lei Complementar nº 123/2015; Requerimentos de Prioridade: nº 8.598/2015 para o Projeto de Lei nº 21.620/2015; nº 8.597/2015 para o Projeto de Emenda Constitucional nº 148/2015; e o Projeto de Lei nº 21.530/2015. PEQUENO EXPEDIENTE - Expediente despachado pela presidência: ofícios dos Deputados Maria del Carmen e Pastor Sargento Isidório justificando ausências em sessões plenárias. Oradores inscritos – A Deputada Luiza Maia criticou a decisão do TSE de retornar as eleições com cédulas manuais, considerando um retrocesso. Comentou os projetos oriundos do Executivo, informando que se reuniu com o Governador Rui Costa e se colocou à disposição dos servidores públicos para ajudar na intermediação. O Deputado Hildécio Meireles declarou que a Base de Oposição não aceita os projetos enviados pelo Executivo em regime de urgência, fato que tem acontecido repetidamente. Comentou o Orçamento do Governo Federal, previamente deficitário, e tratou da grave crise que atingiu os programas sociais e os ministérios. Por fim, criticou a relação de interesses entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente da Câmara Federal, Deputado Eduardo Cunha. O Deputado

Sandro Régis informou que o Governo enviou, na última quinta-feira, 24 projetos, ressaltando que oito seriam apreciados nesta Sessão em regime de urgência e lembrou que são matérias que causarão impacto negativo na vida do servidor público e da população. Criticou a falta de independência deste Poder e encerrou dizendo que a Bancada de Oposição se posiciona a favor do povo da Bahia. O Deputado Pablo Barrozo criticou a gestão do Governador Rui Costa. Tratou do projeto que propôs o aumento das metas fiscais e chamou atenção para alguns fatos relacionados aos projetos dos servidores, ressaltando que retiram direitos adquiridos. Finalizou condenando o aumento do número de contratos através do REDA, visto que o Estado se encontra em período de recessão. O Deputado Herzem Gusmão comentou os projetos enviados pelo Executivo para os servidores públicos, lembrando que implicam a perda dos direitos adquiridos. Afiançou que “não faltam recursos, falta gestão e combate à corrupção” e sugeriu algumas ações para a redução dos gastos da máquina administrativa. Condenou também os projetos que propõem o aumento da carga tributária através de impostos e taxas e finalizou dizendo que a Oposição vai votar contra as matérias que visam prejudicar o funcionalismo e a população. O Deputado Adolfo Viana repudiou os projetos enviados pelo Executivo em regime de urgência que serão votados nesta Sessão e declarou que a Bancada de Oposição se coloca a favor do funcionalismo. Relembrou o projeto do Planserv, aprovado nesta Casa, ressaltando que aumentou “substancialmente” a contribuição do servidor e criticou a ausência de deputados da Base do Governo no Plenário. Censurou a conduta do PT na administração do País e concluiu avaliando que esta Casa é subserviente ao Poder Executivo. O Deputado Luciano Ribeiro condenou a Base do Governo por não debater os projetos encaminhados pelo Executivo. Mencionou que foram enviados 24 projetos, lembrando que para 19 deles foi requerido regime de urgência e que as matérias implicam prejuízos para o funcionalismo público. Considerou que não houve planejamento para a elaboração do projeto do orçamento e externou indignação pela forma como o Executivo tem tratado o Poder Legislativo. Em questão de ordem, o Deputado Rosemberg Pinto informou que foi retirado o regime de urgência para o projeto dos defensores públicos. GRANDE EXPEDIENTE – O Deputado Robinho relatou que o processo de dragagem para ampliar o porto em Caravelas tem gerado problemas no transporte de madeira e causado lama nas praias do Município de Nova Viçosa, prejudicando o setor turístico. Apelou ao Governo para enviar uma comissão a fim de avaliar a situação e agradeceu às entidades que têm combatido esse problema ambiental. O orador foi aparteado pelos Deputados Hildécio Meireles, Maria del Carmem e Alan Sanches. Horário do PSDB/PRP/PSC – O Deputado Augusto Castro criticou os projetos em regime de urgência, “atropelando todo o procedimento desta Casa”, e declarou que a Base de Oposição obstruirá a votação por entender que a matéria vai gerar prejuízos e retirar direitos adquiridos dos servidores públicos. Ponderou que o funcionalismo não pode pagar pela falta de gestão do Governo e afirmou que a Oposição atua em defesa da Bahia. O orador foi aparteado pelo Deputado Sandro Régis. O Deputado Pablo Barrozo apresentou uma reflexão sobre o Governo Rui Costa e comentou os projetos

a serem apreciados nesta Sessão. Ressaltou que o Estado gastou mais com propaganda do que com as áreas de segurança e de educação e disse que o Governador Rui Costa aumentou os contratos REDA, fato que entra em conflito com o arrocho que tem sido imposto ao servidor público. Horário do PDT/PCdoB/PR - A Deputada Fátima Nunes condenou a “gritaria” dos presentes na Galeria, impedindo que os deputados fizessem uso da palavra. Elogiou o Secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, pela realização, na semana passada, de um mutirão médico para atender a população do interior do Estado, dando destaque para a equipe de oftalmologia, que realizou vários procedimentos. Por fim, comentou os projetos a serem apreciados nesta Sessão, lembrando que o momento exige do Estado ajustes para enfrentar a crise. Horário do PMDB – O Deputado Leur Lomanto Júnior considerou uma falta de respeito do Poder Executivo para com esta Casa Legislativa enviar vários projetos em regime de urgência sem permitir a discussão das matérias referentes ao servidor público e à população. Afiançou que a Bancada de Oposição não vai compactuar com nenhum projeto que retire direitos do funcionalismo e cobrou do Governo o cumprimento das emendas impositivas, aprovadas pela ampla maioria dos parlamentares. O Deputado Tom Araújo criticou o projeto que retira direitos adquiridos pelos servidores e tratou das mobilizações que têm ocorrido em todo o País contra o Governo do PT, que por não aceitar a discussão de ideias, se parece com “um sistema totalitário”. Finalizou apelando aos deputados da Base do Governo que fizessem uso da tribuna visando prestar esclarecimentos ao funcionalismo. Horário do DEM/PV – O Deputado Luciano Simões Filho tratou da PEC nº 148/2015, que dispõe sobre mudanças no Estatuto do Servidor, criticando a retirada de direitos adquiridos. Finalizou comentando as matérias publicadas na imprensa que relataram a evolução patrimonial da família do Sr. Luiz Carlos Bumlai, amigo íntimo do Ex-Presidente Lula e com livre acesso ao Palácio do Planalto. O Deputado Alan Sanches criticou o projeto que propôs alterações no Estatuto do Servidor, sugeriu maior mobilização de todo o funcionalismo e lembrou que à época do Projeto do Planserv ele alertou todos os sindicatos, que nada fizeram para impedir o reajuste do plano de saúde. Condenou também o projeto do aumento do ICMS, ressaltando que vai atingir a vida de toda a população baiana, e encerrou comentando a falta de alvará para funcionamento da Feira Internacional da Agropecuária (Fenagro). Submetida ao Plenário, foi aprovada a prorrogação da Sessão pelo prazo de mais dois mil minutos. ORDEM DO DIA – Submetidos ao Plenário, foram aprovados, com os votos contrários da Oposição presente, os Requerimentos de Urgência de nºs 8.590/2015, para o Projeto de Lei nº 21.621/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, a Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981, a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009 e a Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991”, com a votação encaminhada pelos Deputados Luciano Ribeiro, Augusto Castro, Pedro Tavares e Sandro Régis; 8.591/2015 para o Projeto de Lei nº 21.623/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas

governamentais executados pelo Estado da Bahia e dá outras providências”, com a votação encaminhada pelos Deputados Luciano Ribeiro, Augusto Castro, Luciano Simões Filho e Sandro Régis; 8.592/2015 para o Projeto de Lei nº 21.624/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia e dá outras providências”, com a votação encaminhada pelos Deputados Luciano Ribeiro, Herzem Gusmão, Pedro Tavares e Adolfo Viana; 8.593/2015 para o Projeto de Lei nº 21.631/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, da Lei nº 6.932, de 19 de janeiro de 1996, da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, e dá outras providências”, com a votação encaminhada pelos Deputados Fábio Souto, Luciano Simões Filho, Soldado Prisco e Pablo Barrozo; e 8.594/2015 para o Projeto de Lei nº 21.632/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor e dá outras providências”, com a votação encaminhada pelos Deputados Fábio Souto, Herzem Gusmão e Pedro Tavares. Submetido ao Plenário, foi aprovado, com 32 votos favoráveis e 14 contra, o Requerimento de Urgência nº 8.595/2015 para o Projeto de Lei nº 21.634/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Institui a taxa de prestação de serviços nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, cria o Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC - FUNEDIC e dá outras providências”; usaram da palavra para encaminhar a votação da matéria os Deputados Adolfo Viana, Luciano Ribeiro, Herzem Gusmão, Luciano Simões Filho e Sandro Régis. Submetidos ao Plenário, foram aprovados os Requerimentos de Prioridade de nºs: 8.598/2015 para o Projeto de Lei nº 21.620/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 13.190 de 11 de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, na forma que indica”, com 30 votos favoráveis e 11 votos contrários; e 8.597/2015 para o Projeto de Emenda Constitucional nº 148/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Modifica o regime de concessão da vantagem pessoal em razão do exercício de cargo de provimento temporário e revoga o art. 39, o inciso XXVIII do art. 41 e o § 2º do art. 140, todos da Constituição Estadual e dá outras providências”, com 33 votos favoráveis e 12 votos contrários. O Sr. Presidente anunciou a 1ª discussão e votação do Projeto de Lei nº 21.530/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016”. A matéria começou a ser discutida pelos Deputados Leur Lomanto Júnior, Adolfo Viana, Pablo Barrozo, Hildécio Meireles, Tom Araújo, Alan Sanches e Soldado Prisco. Constatada a falta de quórum regimental, solicitação do Deputado Sandro Régis, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, à qual deixaram de comparecer os Srs. Deputados: José de Arimatéia, Luiz Augusto, Marcelino Galo (licenciado) e Paulo Câmera (04).

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –